

- padrões de organização e articulação de informações nos gêneros acadêmicos estudados

- Práticas acadêmicas orais: apresentação de seminário, comunicação e pôster

Bibliografia

ABRAM DOS SANTOS, L. Modos de escrever: tradição oral, letramento e segunda língua na educação escolar Wajápi. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada: Universidade Estadual de Campinas, 2011.

ANDRADE, M.L.C.V.O. Resenha. São Paulo: Paulistana, 2009.

BAKHTIN, M. (1952-1953/1979) Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, M. Estética da criação verbal. 4.ed. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 261-306.

BARTON, D. Literacy: an Introduction to the Ecology of Written Language. London: Blackwell, 1994.

CARVALHO, Simone da Costa; SCHLATTER, Margarete. Repertórios indígenas, voz e agência na escrita de relatórios de pesquisa de mestrado. Trabalhos em Linguística Aplicada, v. 61, n. 3, p. 712-732, set/dez 2022.

CAVALCANTI, M. C.; MAHER, T. M. O índio, a leitura e a escrita – o que está em jogo? Campinas, SP: Cefiel/IEL/Unicamp/MEC, 2005.

D'ANGELIS, R. Formando escritores indígenas. Campinas, SP: Cefiel/IEL/Unicamp/MEC, 2008.

DILLI, C. Subsídios para o desenvolvimento de ações de letramento na política de permanência de indígenas na universidade. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Letras/UFRGS, Porto Alegre, 2013.

FIAD, R. S. A escrita na universidade. Revista da ABRALIN, v. 2, p. 357-369, 2011.

FIAD, R. S. Reescrita de textos: uma prática social e escolar. Organon (UFRGS), v. 23, p. 147-159, 2009.

FIAD, R. S. (Org.) Letramentos acadêmicos: contextos, práticas, percepções. São Carlos: Pedro & João Editores, 2016.

GARCÍA, O. FLORES, N. Multilingual pedagogies. In: MARTIN-JONES, M.; BLACKLEDGE, A.; CREESE, A. (Orgs.) The Routledge Handbook of Multilingualism. New York: Routledge, 2012, p. 232-246.

GARCÍA, O.; WEI, L. Translanguaging: Language, bilingualism and education. New York: Palgrave Macmillan, 2014.

GORETE NETO, M. Português-indígena versus português-acadêmico: tensões, desafios e possibilidades para as licenciaturas indígenas. Anais do SIELP, vol. 2, nº 1, Überlândia: EDUFU, 2012.

KOCH, I. G. V. O texto e a construção dos sentidos. São Paulo: Contexto, 2005.

LEA, M. R.; STREET, B. Student writing in higher education: an academic literacies approach. Studies in Higher Education, Junho, v. 23, n. 2, p. 157-16, 1998.

LEITE, M. Q. Resumo. São Paulo: Paulistana, 2009.

MACHADO, A. R. (Coord.); LOUSADA, E. G.; ABREU-TARDELLI, L. S. Resenha. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

MACHADO, A. R. (Coord.); LOUSADA, E. G.; ABREU-TARDELLI, L. S. Resumo. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

MACHADO, A. R. (Coord.); LOUSADA, E. G.; ABREU-TARDELLI, L. S. Planejar gêneros acadêmicos. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

MAHER, T. M. Sendo índio em português. In: SIGNORINI, I. (Org.) Lingua(gem) e Identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado. Campinas: Editora Mercado das Letras, 1998, p. 115-138.

MARINHO, M. A. Escrita nas práticas de letramento acadêmico. Revista Brasileira de Linguística Aplicada, Belo Horizonte, v. 10, n. 2, p. 363-386, 2010.

MELO, E. A. S. Povos indígenas, identidade e escrita: constituição de uma autoria acadêmica. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2009.

MENDONÇA, M. R. S. Gêneros: por onde anda o letramento? In: SANTOS, C. F.; MENDONÇA, M. (Orgs.). Alfabetização e letramento: conceitos e relações. Belo Horizonte /MG: Autêntica, 2005, v. 1, p. 37-56.

MENDONÇA, M. R. S. Análise linguística: refletindo sobre o que há de especial nos gêneros. In: SANTOS, C. F.; MENDONÇA, M. R. S.; CAVALCANTE, M. (Orgs.). Diversidade textual: os gêneros na sala de aula. Belo horizonte: Autêntica / CEEL / MEC, 2007, p. 73-88.

MEHINAKU, M. Tetsualü: pluralismo de línguas e pessoas no Alto Xingu. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2010.

MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. Produção textual na universidade. São Paulo: Parábola, 2010.

NASCIMENTO, A. M. Português Intercultural: fundamentos para a educação linguística de professores e professoras indígenas em formação superior específica numa perspectiva intercultural. Tese (Doutorado em Letras e Linguística). Universidade Federal do Goiás (UFG), 2012.

NASCIMENTO, A. M. Geopolíticas de escrita acadêmica em zonas de contato: problematizando representações e práticas de estudantes indígenas. Trabalhos em Linguística Aplicada, v. 53, p. 267-297, 2014.

PONSO, Letícia Cao. Letramento acadêmico indígena e quilombola: uma política linguística afirmativa voltada à interculturalidade crítica. Trabalhos em Linguística Aplicada, v. 57, set/dez 2018.

POSENTO, S. Aprender a escrever (re)escrevendo. Campinas, SP: Cefiel/IEL/Unicamp/MEC, 2005.

RAMIREZ, V. Gêneros textuais e relações de poder na comunidade acadêmica. Veredas - Revista de Estudos Linguísticos, vol 1, p. 66-79, 2007.

ROJO, R.; MOURA, E. Multiletramentos na escola. São Paulo: Parábola, 2012.

SIGNORINI, I. (Org.) (Re)discutir texto, gênero e discurso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

SILVA, A. V. L. Operações de retextualização no gênero exposição oral acadêmica. Memento, v.2, nº 2, p. 70-89, 2011.

STROUD, C.; KERFOOT, C. Decolonizing Higher Education. Multilingualism, Linguistic Citizenship and Epistemic Justice. Em: BOCK, Z.; STROUD, C. (Eds.). Language and Decoloniality in Higher Education: Reclaiming Voices from the South. Multilingualisms and Diversities in Education series. London: Bloomsbury, 2021.

VALEZI, S. C. L.; ABREU-TARDELLI, L. S.; NASCIMENTO, E. L. O gênero relatório técnico-científico: contribuições para seu ensino. Linguagem & Ensino, Pelotas, v.21, n.1, p. 241-272, jan./jun. 2018.

VIEIRA, F. E.; FARACO, C. A. Escrever na universidade 1: Fundamentos. São Paulo: Parábola, 2019.

VIEIRA, F. E.; FARACO, C. A. Escrever na universidade 2: Texto e Discurso. São Paulo: Parábola, 2019.

WEG, R. M. Fichamento. São Paulo: Paulistana, 2009;

WUNDER, A. Universidade e cotas indígenas: como gestar outras palavras e conhecimentos a partir deste encontro? Revista Coletiva da Fundação Nabucu, nº 5, fev. de 2019. Disponível em: <https://www.coletiva.org/educacao-e-diferenças-e-n5>. Acesso em: 06/2019.

ZAVALA, V. Quem está dizendo isso? letramento acadêmico, identidade e poder no ensino superior. In: Vóvio, C. L.; Sito, L. S.; De Grande, P. B. Letramentos: rupturas, deslocamentos e repercussões de pesquisas em Linguística Aplicada. Campinas, SP: Mercado de Letras, pp. 71-95, 2010.

LA403 - Linguagem e Diversidade: pesquisa e ensino

Ementa:

O trabalho do professor de língua portuguesa em abordagens e temas relacionados à diversidade linguística e sociocultural. Legislações e documentos educacionais brasileiros sobre inclusão e diversidade. Relações entre língua e cultura no desenho dos currículos de Língua Portuguesa. Representações

identitárias nas práticas discursivas escolares. A construção social dos preconceitos (linguístico, racial, de gênero etc.) e o seus impactos em sala de aula. Discussão acerca dos conceitos de representação, multiculturalismo e multilinguismo e de suas implicações para o ensino crítico de língua portuguesa. Análise de situações pedagógicas e produção de atividade didática.

Objetivos:

Refletir sobre a diversidade em estudos interdisciplinares da linguagem; estabelecer aproximações com os campos da antropologia e dos estudos culturais; abordar questões ligadas a representações e construções identitárias (e também desestabilizações e desconstruções de sistemas de identidade); apresentar tópicos sobre diversidade nas línguas e nas linguagens (plurilinguismo, multimodalidade e intermidialidade); discutir a diversidade e identidade nacional na produção cultural brasileira.

Programa:

1. Culturas e alteridades:
a. (In)definições sobre cultura e diversidade; cultura e natureza; cultura e sociedade

b. Identidade e diferença: estabilizações e desestabilizações

c. Representações étnico-raciais

d. Gênero, sexualidade e performance

2. Plurilinguismos, multimodalidades e hibridismos nas língua(s)

3. Identidade nacional e representações culturais

Bibliografia:

BHABHA, H. K. O local da cultura. Trad. M. Ávila; E. L. L. REIS; G. R. GONÇALVES. Belo Horizonte:UFMG, 2003.

GARCIA-CANCLINI, N. Diferentes, desiguais e desconectados. Trad. Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

CASTRO, E. V. O mármore e a muta: sobre a inconstância da alma selvagem. In: A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia. São Paulo: Cosac & Naify, 2002. p. 183-264.

HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. Trad. T. T. da Silva e Guaciara L. Louro. Rio de Janeiro:DP&A, 2002.

LOURO, G. L. Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

SEGATO, R. L. Raça é Signo. Série Antropologia., n. 372, Brasília, p. 1-16.

SILVA, T. T. (org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2012. p.73-102.

LA607-C Educação Bilíngue: Teoria e Prática

Ementa:

Introdução aos estudos e à pesquisa em Educação Bilíngue. Exame dos diferentes contextos educacionais bilíngues no país (contexto indígena, de imigração, de surdez, escolas internacionais etc.).

Objetivos:

Nessa disciplina pretende-se promover reflexão acerca do funcionamento discursivo do sujeito bilíngue, de diferentes modelos de educação linguística em contextos de bi/multilinguismo e das implicações culturais e identitárias desses modelos de ensino. LA 607 tem, ainda, por objetivos (i) engajar os alunos em análises de currículos e materiais didáticos de diferentes tipos de escolas bilíngues no país e (ii) criar condições para que ele possa se familiarizar com pesquisas realizadas nesses campos de atuação.

Programa:

I. Conteúdo programático

O sujeito bilíngue e seu funcionamento discursivo

Políticas linguísticas e línguas minoritárias no país

Modelos de educação bilíngue

Culturas e identidades em contextos de bi/multilinguismo

Análise de currículos e materiais didáticos

Análise de desenhos metodológicos em pesquisas realizadas em contextos bi/multilingues.

Bibliografia:

Referências Básicas

AMADO, R. S. Português como Segunda Língua para Comunidades de Trabalhadores Transplantados. Revista da SIPLE, v. 2, 2011.

CAVALCANTE, M. C. Estudos sobre Educação Bilíngue e Escolarização em Contextos de Minorias Linguísticas no Brasil. In: D.E.L.T.A., 15, 1999, p. 385-417.

GARCIA, O. Bilingual Education in the 21st Century: a global perspective. West Sussex, Grã-Bretanha:Blackwell, 2009.

MAHER, T. M. Do Casulo ao Movimento: a suspensão das certezas na educação bilíngue e intercultural. In:

CAVALCANTE, M. C.; BORTONI-RICARDO, S. M. (orgs.) Transculturalidade, Linguagem e Educação. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007.

RICENTO, T. (org.) An Introduction to Language Policy – theory and method. Oxford: Blackwell, 2006.

Referências Complementares:

FAVORITO, W.; SILVA, I. R. Surdos na Escola: Letramento e Bilinguismo. Brasília: MEC/Campinas:CEFIEL/Unicamp, 2009

GAZZOTTI, D. e LIBERALI, F. Conflict resolution in the context of Early Childhood Bilingual Education:towards a multicultural development. Revista Brasileira de Linguística Aplicada. [online]. 2014, vol.14, n.2, pp.313-334. Epub 02-Maio-2014.

MAHER, T. M. Políticas Linguísticas e Políticas de Identidade: currículo e representações dos professores indígenas na Amazônia Ocidental brasileira. Currículo sem Fronteiras, v.10, n.1, p.33-48, Jan/Jun 2010

MASS, M. R.; FRITZEN, M. P. e AVELINO NETO, A. J. A língua alemã em antiga zona de imigração no vale do Itajaí (SC): um estudo em duas comunidades. Calíptoscópio, Vol. 12, n. 2, p. 143-152, mai/ago 2014

MEGALE, A. H. Bilinguismo e educação bilíngue – discutindo conceitos. Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL. v. 3, n. 5, agosto de 2005.

MOTA, K. M. S. Imigrantes, Bilinguismo e Identidades: narrativas autobiográficas. Salvador: EDUNE, 2010.

THOMAZ, K. M. A Política Linguística do Projeto Escolas Interculturais Bilingues de Fronteira do Mercosul: ensino de segunda língua para as áreas fronteiriças. Revista Línguas & Letras, vol. 11, n. 2010

ZOLIN-VESZ, F. Como ser feliz em meio ao portunhol que se produz na sala de aula de espanhol: por uma pedagogia translíngue. Trabalhos em Linguística Aplicada, vol.53, n.2, 2014, p.3

3.4. Caso o concurso seja realizado de forma remota, todas as sessões públicas serão gravadas com uso de tecnologia disponível nas unidades e arquivadas junto à Direção da unidade por no mínimo 6 (seis) meses após a homologação dos resultados pelo CEPE.

3.4.1. A gravação de que trata o 'caput' poderá ser disponibilizada na íntegra ou em partes, mediante solicitação formal protocolizada junto à Direção da unidade responsável pelo concurso e assinatura de termo de responsabilidade pela guarda das informações e proibição de divulgação do todo ou de partes de seu conteúdo.

3.4.2. As etapas do concurso que ocorrerem de forma remota serão suspensas caso ocorra problema técnico que impeça a participação adequada de algum examinador ou candidato.

3.4.3. Ocorrendo um problema técnico durante a realização de uma etapa, esta deverá ser retomada a partir do estágio em que ocorreu o referido problema.

3.4.4. As razões da interrupção deverão estar registradas em ata, bem como a decisão da Comissão quanto às condições e prazo de retomada, incluindo a necessidade de se postergar o calendário inicialmente divulgado.

IV - DO JULGAMENTO DAS PROVAS

4. Cada examinador atribuirá notas de 0 (zero) a 10 (dez) a cada uma das provas.

4.1. A nota final de cada examinador será a média das notas por ele atribuídas às provas.

4.2. Os candidatos que alcançarem, de 3 (três) ou mais examinadores, a média mínima 7,0 (sete), serão julgados habilitados à Livre-Docência.

4.3. Os membros da Comissão Julgadora emitirão o julgamento no mesmo dia da realização de cada prova mencionada no item III deste edital.

4.4. A Comissão Julgadora, terminadas as provas, emitirá um parecer circunstanciado, único e conclusivo, sobre o resultado do concurso que será submetido à aprovação da Congregação da Unidade.

4.5. Caso o concurso seja realizado de forma remota, o parecer emitido pela Comissão Julgadora poderá ser assinado de forma eletrônica (e-mail) ou mediante assinatura digital, devendo todos os documentos pertinentes ao concurso ser anexados aos autos correspondentes.

4.6. O parecer da Comissão Julgadora só poderá ser rejeitado pela Congregação, por erro formal de procedimento, mediante o voto da maioria absoluta dos membros.

4.7. A ciência da tabela de notas e da ata pelos candidatos será realizada de forma eletrônica, por meio de usuário e senha gerada especificamente para essa finalidade.

4.8. Todas as ocorrências observadas durante o concurso deverão ser registradas em ata elaborada pela Comissão Julgadora.

4.9. O resultado final do concurso para Livre-Docente, devidamente aprovado pela Congregação do INSTITUTO DE QUÍMICA, será submetido à homologação da Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão, com posterior publicação no D.O.E.

V - DO RECURSO

5. Do julgamento do concurso caberá recurso, exclusivamente de nulidade, à Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão.

VI - DA LEGISLAÇÃO

6. O presente concurso obedecerá às disposições contidas na Deliberação CONSU-A-60/2020 e Deliberação CONSU-A-24/2020 que estabelece o perfil de Professor Associado I (MS-5.1) do Instituto de Química.

ANEXO I – PROGRAMA DA DISCIPLINA

QA383 - Eletroanalítica

Ementa: Introdução à química eletroanalítica. Potenciometria. Eletrogravimetria. Coulometria. Voltametria. Amperometria.

Programa: Células galvânicas e eletrolíticas. Potenciais em células eletroquímicas e de eletrodo. Potencial de junção líquida. Atividade e seu efeito sobre o potencial de eletrodo. Termodinâmica dos potenciais de células. Equação de Nernst. Potencial padrão de eletrodo. Dupla camada elétrica. Correntes em células eletroquímicas. Queda ôhmica. Polarização e fontes de polarização. Corrente faradaica e capacitiva. Fenômenos de transporte de massa. Eletrodos de referência. Eletrodos indicadores metálicos e de membrana. Coeficiente de seletividade. Instrumentos para a medida de potencial. Potenciometria direta. Definição operacional de pH. Titulações potenciométricas. Coulometria. Eletrolise a corrente constante. Eletrolise a potencial constante. Métodos diretos e titulação coulométrica. Instrumentação coulométrica. Potentiostato. Voltametria. Sinais de excitação em voltametria. Cinética de transferência de carga. Instrumentação voltamétrica. Voltametria cíclica. Métodos de redissolução. Amperometria. Sensores amperométricos. Titulação amperométrica. Biosensores.

(Proc. nº 11-P-31490/2024)

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE QUÍMICA

EDITAL

A Universidade Estadual de Campinas torna pública a abertura de inscrições para o concurso de provas e títulos para obtenção do Título de Livre Docente na área de Química Orgânica, nas disciplinas Q0321 - Química Orgânica I e Q0521 - Química Orgânica II, do Departamento de Química Orgânica, do INSTITUTO DE QUÍMICA, da Universidade Estadual de Campinas.

I - DAS INSCRIÇÕES

1. As inscrições deverão ser feitas exclusivamente por meio do link <https://solicta.dados.unicamp.br/concurso/>, no período de 30 dias a contar do primeiro dia útil subsequente ao da publicação deste edital no Diário Oficial do Estado (DOE), até às 23 horas e 59 minutos do último dia do prazo de inscrição.

1.1. Poderão se inscrever ao concurso graduados em Curso Superior, portadores do título de Doutor, conferido pelo menos três (3) anos antes da data da inscrição e que atendam ao perfil mínimo da respectiva Unidade para o nível MS-5.1.

1.2. No momento da inscrição deverá ser apresentado, por meio do sistema de inscrição:

a. Título de Doutor;

b. documento de identificação (cédula de identidade, título de eleitor, identidade expedida por conselho regional de fiscalização profissional, carteira de trabalho, passaporte ou identidade funcional expedida por órgão público);

c. exemplar da tese ou do conjunto da produção científica, artística ou humanística do candidato após o seu doutoramento; d. exemplar do memorial contendo a formação científica, artística, didática e profissional do candidato, e, principalmente, suas atividades relacionadas com a disciplina ou conjunto de disciplinas em concurso, a saber:

d.1. títulos universitários: relação nominal de títulos universitários, relacionados com a disciplina ou conjunto de disciplinas em concurso, bem como dos diplomas ou outras dignidades universitárias e acadêmicas;

d.2. currículo lattes;

d.3. narrativa comentada da trajetória acadêmica e profissional, destacando os principais fatos da carreira;

d.4. relação dos trabalhos publicados com os respectivos resumos, no caso de não constarem os DOI no currículo lattes.

1.3. O sistema emitirá um protocolo de recebimento após o encerramento da inscrição do candidato.

1.4. Os servidores da UNICAMP ficam desobrigados de apresentar documentos pessoais que já constem nos sistemas da Universidade.

1.5. A banca do concurso poderá solicitar ao candidato informações sobre o memorial descritivo ou solicitar documentação comprobatória.

1.6. O Memorial poderá ser aditado, instruído ou completado até a data fixada para o encerramento do prazo para inscrições.

1.7. Recebidas as inscrições e satisfeitas as condições do edital, as inscrições, com toda a documentação, serão direcionadas à Unidade para emissão de parecer acerca do aceite das inscrições. A Comissão designada terá 15 dias para emitir o parecer sobre as inscrições.

1.7.1. O parecer que analisa as inscrições será submetido à Congregação da Unidade, que constituirá Comissão Julgadora. Os candidatos serão notificados por Edital, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, a respeito da composição da Comissão Julgadora e da fixação do calendário de provas, que será publicado no DOE após a aprovação das inscrições pela Congregação da Unidade.

1.8. Indeferido o pedido de inscrição, caberá pedido de reconsideração à Congregação da Unidade, até 48 horas após a publicação do indeferimento.

1.9. Mantendo-se o indeferimento pela Congregação da Unidade, caberá recurso à Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão do Conselho Universitário, até 48 horas após a publicação do indeferimento do pedido de reconsideração.

II - DA COMISSÃO JULGADORA DO CONCURSO

2. A Comissão Julgadora do concurso será constituída de 5 (cinco) membros aprovados pela Congregação da Unidade, entre especialistas de renome na disciplina ou conjunto de disciplinas em concurso, 2 (dois) dos quais pertencerão ao corpo docente da Universidade, escolhidos entre professores de nível MS-6 ou MS-5, em exercício na Universidade, e os 3 (três) restantes escolhidos entre professores dessas categorias ou de categorias equivalentes pertencentes a estabelecimentos de ensino superior oficial ou profissionais de reconhecida competência na disciplina ou conjunto de disciplinas em concurso, pertencentes a instituições técnicas, científicas ou culturais do País ou do exterior.

2.1 A Comissão será presidida pelo Professor da Universidade de maior categoria ou, quando de igual categoria, pelo mais antigo no cargo ou função.

III - DAS PROVAS

3. O presente concurso constará das seguintes provas:

I. Prova de Títulos; (Peso 1)

II. Prova de Arguição da tese ou do conjunto da produção científica, artística ou humanística do candidato após o seu doutoramento; (Peso 1)

III. Prova Didática; (Peso 1)

3.1. A Prova de Títulos consistirá na avaliação pela Comissão Julgadora, com base no memorial apresentado, dos títulos do candidato, emitindo parecer circunstanciado em que se realce sua criatividade na ciência, nas artes ou humanidades e suas competências como professor e orientador de trabalhos.

3.1.1. - No julgamento de títulos será considerado cada um dos itens abaixo, por ordem decrescente de valor:

- a. Atividades acadêmicas e profissionais do candidato relacionadas com a área do concurso;
- b. Títulos universitários;
- c. Diplomas de outras dignidades universitárias e acadêmicas e
- d. Outras contribuições.

3.2. A tese a ser defendida pelo candidato deverá basear-se em trabalho de pesquisa original. No caso de o candidato optar pela apresentação do conjunto de sua produção científica, artística ou humanística, realizada após o doutoramento, este conjunto de trabalhos será organizado de modo a demonstrar a capacidade crítica do candidato, bem como a originalidade de suas pesquisas.

3.2.1. A Comissão Julgadora procederá à arguição do candidato em relação à tese ou ao conjunto da produção científica, artística ou humanística do candidato após o seu doutoramento.

3.3. Na prova didática o candidato fará uma exposição sobre tema de sua livre escolha, dentre aqueles constantes do programa da disciplina ou conjunto de disciplinas ministradas na Universidade, publicado no edital, devendo revelar cultura aprofundada no assunto.

3.3.1. Compete à Comissão decidir se o tema escolhido pelo candidato é pertinente ao programa.

3.3.2. A prova didática terá a duração de 50 a 60 minutos e nela o candidato desenvolverá o assunto escolhido, vedada a leitura do texto da aula, mas facultando-se o emprego de recursos pedagógicos de sua escolha.

3.4. Caso o concurso seja realizado de forma remota, todas as sessões públicas serão gravadas com uso de tecnologia disponível nas unidades e arquivadas junto à Direção da unidade por no mínimo 6 (seis) meses após a homologação dos resultados pelo CEPE.

3.4.1. A gravação de que trata o 'caput' poderá ser disponibilizada na íntegra ou em partes, mediante solicitação formal protocolizada junto à Direção da unidade responsável pelo concurso e assinatura de termo de responsabilidade pela guarda das informações e proibição de divulgação do todo ou de partes de seu conteúdo.

3.4.2. As etapas do concurso que ocorrerem de forma remota serão suspensas caso ocorra problema técnico que impeça a participação adequada de algum examinador ou candidato.

3.4.3. Ocorrendo um problema técnico durante a realização de uma etapa, esta deverá ser retomada a partir do estágio em que ocorreu o referido problema.

3.4.4. As razões da interrupção deverão estar registradas em ata, bem como a decisão da Comissão quanto às condições e prazo de retomada, incluindo a necessidade de se postergar o calendário inicialmente divulgado.

IV - DO JULGAMENTO DAS PROVAS

4. Cada examinador atribuirá notas de 0 (zero) a 10 (dez) a cada uma das provas.

4.1. A nota final de cada examinador será a média das notas por ele atribuídas às provas.

4.2. Os candidatos que alcançarem, de 3 (três) ou mais examinadores, a média mínima 7,0 (sete), serão julgados habilitados à Livre-Docência.

4.3. Os membros da Comissão Julgadora emitirão o julgamento no mesmo dia da realização de cada prova mencionada no item III deste edital.

4.4. A Comissão Julgadora, terminadas as provas, emitirá um parecer circunstanciado, único e conclusivo, sobre o resultado do concurso que será submetido à aprovação da Congregação da Unidade.

4.5. Caso o concurso seja realizado de forma remota, o parecer emitido pela Comissão Julgadora poderá ser assinado de forma eletrônica (e-mail) ou mediante assinatura digital, devendo todos os documentos pertinentes ao concurso ser anexados aos autos correspondentes.

4.6. O parecer da Comissão Julgadora só poderá ser rejeitado pela Congregação, por erro formal de procedimento, mediante o voto da maioria absoluta dos membros.

4.7. A ciência da tabela de notas e da ata pelos candidatos será realizada de forma eletrônica, por meio de usuário e senha gerada especificamente para essa finalidade.

4.8. Todas as ocorrências observadas durante o concurso deverão ser registradas em ata elaborada pela Comissão Julgadora.

4.9. O resultado final do concurso para Livre-Docente, devidamente aprovado pela Congregação do INSTITUTO DE QUÍMICA, será submetido à homologação da Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão, com posterior publicação no D.O.E.

V - DO RECURSO

5. Do julgamento do concurso caberá recurso, exclusivamente de nulidade, à Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão.

VI - DA LEGISLAÇÃO

6. O presente concurso obedecerá às disposições contidas na Deliberação CONSU-A-60/2020 e Deliberação CONSU-A-24/2020 que estabelece o perfil de Professor Associado I (MS-5.1) do Instituto de Química.

ANEXO I – PROGRAMAS DAS DISCIPLINAS

Q0321 - Química Orgânica I

Ementa: Introdução da disciplina: alguns aspectos históricos e de teoria estrutural. Estrutura Eletrônica e Ligação Química. Estruturas Orgânicas. Reações Orgânicas. Alcanos. Reações de alcanos. Estereochimica. Haletos de alquila e organometálicos. Estrutura e propriedades físicas de haletos de alquila. Uso de hidrocarbonetos halogenados, nomenclatura e estrutura de substâncias organometálicas, propriedades físicas e preparação de organometálicos, reações de organometálicos. Substituição nucleofílica e eliminações. Álcoolis e éteres. Álcenos (alquenos). Álcoois (alquinos) e nitrilas.

Programa:

1. Introdução à disciplina:

Química orgânica como ciência, alguns aspectos históricos e de teoria estrutural.

2. Estrutura Eletrônica e Ligação Química:

a) Teoria estrutural da química orgânica;

b) Ligações químicas, regra do octeto;

c) Estruturas de Lewis, carga formal;

d) Estruturas de Ressonância;

e) Orbitais Atômicos e orbitais moleculares;

f) Orbitais Híbridos e suas ligações;

g) Geometria molecular.